

---

## **A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista <sup>1</sup>**

Marcus Vinicius da Costa  
Doutorando em História - UFSC  
Professor Substituto - UDESC

**RESUMO:** É fundamental repensar a questão em torno de formação dos Estados-nacionais, do federalismo, das revoluções, enfim, repensar a história política da Região Platina. Por conseguinte, os objetivos deste trabalho foram compreender os fundamentos que embasaram o discurso da elite liberal-federalista que comandou a Revolução de 1893-1895; o contexto histórico-político platino no final do século XIX, principalmente na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul; as redes formadas pelos grupos de oposição da Argentina (Radicais), do Uruguai (Blancos) e do Rio Grande do Sul (liberais-federalistas); e o discurso e o projeto político construídos pelos liberais-federalistas do Rio Grande do Sul, liderados por Gaspar Silveira Martins. O fundamento teórico transita pela História Política, pela História Cultural, acrescido de um diálogo interdisciplinar.

**PALAVRAS-CHAVE:** federalismo, revolução, história política.

**ABSTRACT:** It's indispensable to rethink the question round the national-states formation, the federalism, the revolutions, in short, to rethink the political history of Platinum Region. Accordingly, the objectives of this work were to understand: the fundamentals in which the federalist-liberal elite speech, that commanded the Revolution from 1893-1895 were based on; the platinum political-historical context in the late century XIX, mainly in Argentina, Uruguay and Rio Grande do Sul; the webs formed by the opposition groups from Argentina (Radicals), from Uruguay (Blancos) and from Rio Grande do Sul (federalist-liberals); the speech as well as the political project built by the federalist-liberals from Rio Grande do Sul, lead by Gaspar Silveira Martins. A theoretical basis that runs through the Political history, Cultural history, added of an interdisciplinary dialogue.

**KEY-WORDS:** federalism, revolution, political history.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto das reflexões surgidas durante a elaboração de minha dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2006 junto ao Mestrado em Integração Latino Americana (MILA/UFMS). A pesquisa foi financiada pela CAPES/CNPQ no período de março de 2005 a março de 2006 e orientada pela Prof. D<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin.

## Introdução

Desde o final do século XVIII, as concepções de autores ligados ao Direito Natural e das Gentes e ao Iluminismo-Liberalismo penetraram na Região Platina, incluindo o Rio Grande do Sul; nela circularam e foram apropriadas por diversos grupos políticos. Essas concepções influenciaram projetos políticos e discursos de grupos políticos da América e trouxeram discussões sobre poder, soberania, nação, confederação, federação, etc. Vários grupos políticos, formadores de partidos a partir da segunda metade do século XIX, foram influenciados por essas concepções e as utilizaram em suas reivindicações e propostas. Muitos desses grupos estavam excluídos do poder, possuíam o federalismo como bandeira e como proposta de organização do Estado e reivindicavam o respeito às autonomias provinciais (Argentina), departamentais (Uruguai) e estaduais (Brasil).

Neste texto, objetivamos compreender os fundamentos do discurso liberal-federalista, o contexto histórico-político platino do final do século XIX, a reafirmação da identidade liberal-federalista no período imediatamente posterior à Proclamação da República, as redes constituídas pelos grupos de oposição da Região Platina (liberais-federalistas [RS], brancos [UR], radicais [ARG]) e o discurso e projetos liberal-federalistas, esboçados no período de 1892-1895.

As referências teóricas e metodológicas são as da História Política e da História Cultural. Também realizamos ao longo do texto diálogos com outras disciplinas. A história política e os temas políticos sempre estiveram em destaque na produção acadêmica brasileira e do Rio Grande do Sul. Durante anos, a história política foi criticada e perdeu espaço para a história econômica e social. Na realidade, esta crítica recaía sobre a história tradicional - uma narrativa factual de grandes tratados, grandes batalhas e grandes homens - e não à história política como um todo. Nas últimas décadas, houve um retorno às investigações que contemplam o político e a política. A história política tornou-se menos elitista, buscou novas fontes, novas abordagens e novas técnicas e “experimenta uma espantosa volta da fortuna” (RÉMOND, 1996: 14). A renovação da história política está profundamente interligada à pluridisciplinariedade, presente nas ciências sociais nos dias atuais. O contato com outras disciplinas fez com que o historiador compreendesse que, apesar de a política ser influenciada pelos interesses organizados, ela também influencia o curso da economia para melhor ou para pior e que, apesar de o político ter características

próprias, liga-se aos outros aspectos da vida coletiva, comunicando-se com todos os outros setores da atividade humana.

A história política atual aparece como rejuvenescida ou renovada, por meio do diálogo constante com outras disciplinas, entre elas a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Lingüística e muitas outras (FÉLIX, 1998). Nesse processo de renovação, ocorreu o retorno ao estudo de alguns temas, como as Revoluções, eventos políticos por excelência, que passaram a ser investigados a partir de novas perspectivas. A história política tem se aproximado da história cultural, procurando entender os discursos, as representações, os mitos, entre outros temas correlatos (GOUVEA, 1998). As reflexões de Roger Chartier (2002) são vitais, pois nos ajudam a esclarecer como determinadas concepções circularam, foram apropriadas, reelaboradas e utilizadas pelos liberais-federalistas.

### **Fundamentos do discurso liberal-federalista**

Os fundamentos que embasaram os discursos liberal-federalistas foram as concepções presentes no Direito Natural e das Gentes e no iluminismo-liberalismo. Segundo Padoin (2001), essas idéias penetraram pelos portos da região, principalmente por meio de contrabando de livros. Diversos vasos comunicantes serviram como meio de divulgação e circulação dessas idéias nos séculos XVIII e XIX. Dentre os principais, podemos citar as instituições de ensino, as aulas particulares, os periódicos, a maçonaria, os sacerdotes e, a partir da segunda metade do século XIX, os partidos políticos, cujas idéias foram difundidas também no Brasil.

O periodismo teve um destaque muito grande na divulgação das novas correntes de pensamento na região do Rio da Prata. José Carlos Chiaramonte (1997) aponta os jornais: *El Telegrafo Mercantil, rural, político – econômico*, e *Historiógrafo del rio de La Plata, el Semanário de Agricultura, Industria y Comercio* e o *El Correo de Comercio* como grandes divulgadores do pensamento ilustrado, efetivos colaboradores na formação de um público leitor e aderente às “novas idéias”. Após 1810, as novas idéias filosóficas se afirmaram na Universidade de Buenos Aires, novos professores levaram às novas gerações as idéias de Condillac, Bacon, Locke, Descartes, Galileo e Newton, cujas concepções eram lidas e debatidas em aula (PASO, 1974).

A maçonaria teve um papel destacado na divulgação das novas idéias, principalmente dos autores de princípios iluministas, ela também possibilitou que muitos de seus integrantes ou simpatizantes lutassem por projetos políticos que estavam de acordo

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

com a filosofia da ilustração e que encontrassem apoio em outros líderes e integrantes de outras regiões ou países (PADOIN, 2001). Essa afirmativa é verdadeira tanto para os movimentos políticos emancipatórios do início do século XIX, como também para movimentos políticos posteriores.

Os federalistas, principalmente o grupo mais próximo de Gaspar Silveira Martins, apropriou-se dessas concepções tanto de maneira formal (em escolas, universidades), como de maneira informal (em aulas particulares, leitura de textos, jornais, artigos, manifestos). As próprias discussões partidárias e as reuniões em que se debatiam os diversos temas políticos também foram uma maneira de divulgação e de apropriação dessas concepções.

Assim:

[...] o ensino, especialmente do Direito, foi para a América espanhola e para a portuguesa, do final do século XVIII em diante, uma prioridade e um destaque, sendo uma importante escola formadora de mentalidades, pois desenvolveu conteúdos vinculados aos fundamentos e evolução do jusnaturalismo e do direito das Gentes, como os conceitos de racional, nacional e natureza, a relação entre o estado e o indivíduo, o equilíbrio entre autoridade e liberdade e o direito de se rebelar contra um governo tirânico (PADOIN, 2001: 22).

Os cursos de Direito instalados no Brasil após a Independência, em Olinda/Recife e em São Paulo, tinham seus currículos profundamente influenciados pelo Direito Natural e das Gentes e pelo Iluminismo-Liberalismo. Havia uma significativa produção didática dos professores, que redigiam compêndios para ensinar seus alunos, resultando um considerável acervo de obras de direito natural produzidas por autores brasileiros em todo o correr do século XIX (NETO, 1969). Muitos dos professores catedráticos que ministravam aulas nestas faculdades, tanto no Brasil como no Uruguai e Argentina, eram sacerdotes, muitos também eram maçons e adeptos das idéias racionalistas.

O iluminismo-liberalismo seguiu a tradição jusnaturalista nos Cursos de Direito no Brasil, buscando sempre a liberdade e igualdade. Os debates na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, giravam em torno de duas principais questões: Liberdade e Igualdade. A academia ensinava os seus alunos a serem liberais, mas nem sempre lhes ensinava a democracia, o que resultou, no Brasil, em divórcio entre os princípios liberais e os postulados democráticos. Logo, os liberais, principalmente aqueles formados nesses cursos, estavam influenciados por uma “*versão liberal lockeana e decisivamente não rousseauiana*” (ADORNO, 1998: 75), do poder e de seu exercício, por

consequente, eles recusaram o radicalismo da Revolução Francesa. O bacharel “se converteu em político profissional (...) fez da política vocação, lutou pelo êxito das causas a que se apaixonou e transformou a política em atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória” (ADORNO, 1998: 75).

Gaspar Silveira Martins, Wenceslau Escobar, Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Francisco da Silva Tavares são alguns dos líderes da Revolução Federalista que estudaram nos cursos de Direito do Império do Brasil, ou em Recife, ou em São Paulo. Outras formas de circulação dessas concepções permitem perceber como elas eram lidas (ou interpretadas) de maneiras diferentes no Rio Grande do Sul. Entre as formas alternativas de divulgação, encontram-se os artigos publicados no Jornal oficial do Partido Liberal “A Reforma” (fundado por Gaspar S. Martins em 1865); nele, podemos encontrar artigos escritos por Gaspar Silveira Martins e outros liberais que traziam concepções iluminista-liberais e do Direito Natural e das Gentes em seu conteúdo. Também são encontradas citações e resumos dos clássicos liberais que contribuíam para a formação de uma mentalidade e de uma visão de mundo do grupo liberal no Rio Grande do Sul.

O hábito da leitura de jornais para manter-se informado era também comum entre as lideranças da época, os diários de campanha, principalmente o diário de Luiz de Senna Guasina, comprovam isso. Os líderes ou pessoas que ocupavam postos hierarquicamente superiores geralmente eram alfabetizados, o que não significa que não tenham existido líderes analfabetos que se destacaram por seu “exemplo e coragem”, por sua liderança e capacidade de mobilização. Assim, outros líderes, como Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva e Rafael Cabeda, apesar de não terem tido uma formação em universidades, apropriaram-se dessas concepções de outras maneiras, principalmente por meio de leituras autodidatas e de discussões políticas.

Muitos desses líderes, entre eles Gaspar Silveira Martins, eram também maçons, o que lhes garantia não só acesso às concepções iluministas e liberais, como também contatos em diversos pontos do Brasil e da Região Platina.

### **O contexto histórico-político platino**

No final do século XIX, três grupos da Região Platina lutavam por espaço no campo político: na Argentina, a União Cívica Radical, liderada por Leandro N. Alem; no Uruguai, o Partido Blanco (ou nacional), mais precisamente a ala caudilhista, liderada por Aparício

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

Saraiva; no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Federal (depois Federalista), liderado por Gaspar Silveira Martins.

Na Argentina, o presidente Julio Argentino Roca havia conseguido maior concentração de autoridade no executivo federal, muitas vezes buscada, mas, até então, não alcançada. A partir do governo de Roca (1880-1886), a preponderância do executivo federal sobre a vida política da Argentina era negociada e garantida pelos acordos políticos entre as elites locais e regionais e o presidente. Quando esses acordos políticos não funcionavam e os grupos de oposição ganhavam as eleições nas províncias, o caminho seguido era a intervenção do governo federal. As intervenções na vida política das províncias eram uma das muitas armas usadas para fortalecer o centralismo e controlar os setores descontentes. Esta forma de governar era conhecida como “regimen” e, mais tarde, durante o governo do sucessor de Roca, Miguel Juarez Celman (1886-1890), foi denominada de “unicato”. Essa concentração descontentava muitos grupos políticos porque a ala mais radical do Partido Autonomista havia se desligado e era liderada por Leandro Alem, que resgataria o federalismo e o respeito à autonomia provincial como bandeira política. Tal grupo se articulava em partido político, a União Cívica Radical (UCR), e promoveria uma Revolução contra o regimen – criado por Roca e ainda em vigor no governo de Juarez Celman – em 1893 (MONTEVERDE, 1982).

No Uruguai, a ala tradicionalista do Partido Blanco (ou Nacional), desde 1872, lutava para que fosse respeitado o acordo de Paz de Abril – tal acordo pôs fim à Revolução de 1870 e aceitou a hegemonia dos blancos nos departamentos de Cerro Largo, San Jose, Florida e Canelones – porém, o presidente Julio Herrera y Obes (colorado) passou a ignorar o acordo, retirando do Partido Blanco o controle sobre San Jose, sustentado na chamada influência diretriz – que condicionara ao presidente o controle de todo o aparato estatal, a nomeação das chefaturas de polícia e política, dizia ainda que o país deveria ser governado por uma elite esclarecida – governou o país com grande exclusivismo. Assim, na década de 1890, a ala tradicionalista dos blancos, liderada por Aparício Saraiva, passou a exigir respeito à autonomia departamental e outras medidas que garantissem, pelo menos, o direito ao Partido Blanco (ou Nacional) de co-participar no poder (RECKZIEGEL, 1999).

No Brasil vivia-se a transição do Império para a República. Retomava-se a discussão de como organizar o Estado, república federativa ou unitária, centralizada ou descentralizada, presidencialista ou parlamentarista. No Rio Grande do Sul, ascendeu ao poder o Partido Republicano Riograndense (PRR), liderado por Julio de Castilhos e influenciado pelo positivismo. Tal grupo excluiu sistematicamente os membros do antigo

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

Partido Liberal que, liderados por Gaspar Silveira Martins, buscariam retomar o poder e promoveriam a Revolução Federalista (1893-1895).

### **As Redes Federalistas**

#### *A conexão dos federalistas rio-grandenses com os blancos*

Até o final do Império, o Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, era o grupo político hegemônico no Rio Grande do Sul. Quando ocorreu o golpe de Proclamação da República, em 1889, Gaspar Silveira Martins foi exilado na Europa, de onde retornaria em 1892. Em março e abril desse mesmo ano, os antigos liberais, rearticulados politicamente, reformulariam os programas do Partido Republicano Federal (PRF). Após a Proclamação da República, o Partido Republicano Rio-grandense, liderado por Julio Prates de Castilhos, assumiria o poder e passaria a excluir todos os antigos liberais. Castilhos, inspirado no positivismo, faria aprovar a constituição de 14 de julho de 1891, profundamente autoritária, que concentrava uma grande soma de poder na figura do presidente de estado, isto é, nele próprio. Em julho de 1892, após ter sido afastado, Castilhos, com apoio do governo federal, retomou o governo do Rio Grande do Sul e o PRR passou a perseguir sistematicamente os membros do PRF. Cerca de 15 a 20 mil pessoas, ligadas a esse grupo, exilaram-se no Uruguai e nas províncias do Litoral argentino, onde passaram a preparar a Revolução.

As principais lideranças do Partido Republicano Federal, como Gaspar Silveira Martins, Francisco da Silva Tavares, João Nunes Tavares (Joca Tavares), Gumercindo Saraiva e Rafael Cabeda, possuíam relações sociopolíticas consolidadas na Fronteira Platina. Para melhor compreendermos estas conexões e redes, é importante demonstrarmos, de forma resumida, as trajetórias desses líderes. Gaspar Silveira Martins nasceu na zona de fronteira Brasil/Uruguai e foi batizado em Mello. Estudou os primeiros anos em Cerro Largo, departamento Uruguai junto à fronteira. Ao longo de sua trajetória política, manteve importantes ligações com as forças políticas uruguaias. Suas propriedades se localizavam em Bagé (RS), Cerro Largo e Taquarembó (Uruguai) (MARTINS, 1979: 15-112). O Tribuno possuía bom trânsito com os dois principais grupos políticos uruguaios. As ligações com os Blancos eram garantidas por Gumercindo Saraiva e Aparício Saraiva. A família de Gumercindo possuía suas fazendas “na parte sudeste da fronteira (RS/Uruguai), arena dos encontros mais agitados entre espanhóis e brasileiros já desde o século dezoito” (CHASTEEN, 2003: 21). Após a ascensão de Gaspar da Silveira Martins a Governador da

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

Província, em 1889, Gumerindo foi nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional, “era título outorgado apenas a pessoas de confiança do governo, com capacidade de liderança política e condições de financiar o armamento e a manutenção de homens para o caso de necessidade” (RUAS, 1997: 118) <sup>2</sup>. Apesar de serem nomeações que custavam caro aos agraciados, o simples fato de ser detentor de um título outorgado pelo próprio Imperador e, portanto, reconhecido pelo Estado, não poderia deixar de ser uma grande honraria. Significava o reconhecimento do poder de fato que Gumerindo possuía em seu lócus de atuação, além de ser um capital simbólico, social e juridicamente garantido por parte do Estado. No final do Império, Gumerindo Saraiva era uma das principais lideranças do Partido Liberal, em Santa Vitória do Palmar. As ligações de Gumerindo com os Blancos foi um dos principais trunfos dos liberais-federalistas que se encontravam na cidade de Mello, em Cerro Largo. Ali, na casa de Gaspar Silveira Martins, montaram seu quartel General e planejaram a revolução (RECKZIEGEL, 1999).

“Joca” Tavares – outro importante líder da Revolução Federalista – era filho de João da Silva Tavares. Sua família possuía terras em Bagé e na região dos Campos Neutrais entre o Arroio Grande e o Rio Jaguarão. Da mesma forma como os demais, foi criado no ambiente social dos pampas. Apesar de ser conservador durante o Império, aderiu ao Partido Republicano Federal, em 1892. A aproximação e aliança entre Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares se deveu a um objetivo em comum: depor Julio de Castilhos.

Rafael Cabeda, comerciante e estancieiro, foi outro líder de destaque da Revolução Federalista e do Partido Republicano Federal. O pai de Rafael Cabeda, Angelo Cabeda, era amigo do pai de Gaspar Silveira Martins, o que demonstra que as relações familiares vinham de longa data. Cabeda especializou-se no comércio e, após a morte de seu pai, assumiu os negócios da família <sup>3</sup>, iniciou sua trajetória política ao filiar-se ao Partido Liberal, tornou-se amigo pessoal de Gaspar Silveira Martins e, durante o Império, havia sido vereador em Santana do Livramento (ALENCASTRE, 1923). Como muitos comerciantes da fronteira, Rafael Cabeda praticava o contrabando, algo que fazia parte do modo de vida local e, também como outros comerciantes, foi prejudicado com a crescente fiscalização que existiu após a Proclamação da República. Segundo Freitas (1998), muitos comerciantes e

---

<sup>2</sup> A obra de Tabajara Ruas e Elmar Bonés não é um trabalho de historiadores, porém a utilizamos como fonte, pois sabemos que seus autores basearam seu livro em pesquisas documentais e bibliográficas consistentes, o que dá legitimidade à obra.

<sup>3</sup> Como apontam diversos autores que trabalham com o caudilhismo e com o coronelismo, enfim, com o mandonismo local, o comércio era uma das formas de se conquistar bens materiais para a atividade política e também consolidar relações sociopolíticas, também dava status ao comerciante, diversos mandões locais formaram uma clientela política a partir de suas atividades como comerciante.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

contrabandistas auxiliaram os federalistas durante a Revolução devido às atitudes fiscalizadoras do governo republicano.

Por conseguinte, os líderes federalistas possuíam fortes relações socioeconômicas e redes de relações estendidas ao longo da fronteira do Brasil com o Uruguai e também do Brasil com Argentina. Como demonstrou Reckziegel (1999), em sua tese de doutoramento, as autoridades uruguaias realmente não combatiam de forma efetiva os preparativos dos federalistas que precederam a Revolução de 1893. Essa falta de repressão por parte do governo uruguaio gerava freqüentes atritos com o governo de Julio Prates de Castilhos, sendo mais um indício das redes existentes na fronteira.

Durante o período de preparação da Revolução no Uruguai, a cidade de Mello tornou-se o Quartel General dos federalistas, o centro político era Montevidéu, onde se encontrava Gaspar Silveira Martins. Diversos caudilhos do Rio Grande do Sul e do Uruguai estavam nesta cidade, entre eles, Joca Tavares, que já havia sido escolhido o comandante-em-chefe das forças rebeldes. O pai de Aparício Saraiva e de Gumercindo Saraiva, D. Chico Saraiva, havia feito grande doação de materiais e de recursos financeiros para a revolução. Gumercindo Saraiva já havia mobilizado e concentrado 800 homens junto à fronteira, havia também pedido ao poderoso caudilho blanco Cicerón Marin, do departamento de São Jose, um contingente de homens emprestado, enviando 300 de seus peões-soldados. San Jose era justamente o departamento no qual os Blancos tinham perdido o controle (FREITAS, 1998: 108).

Em fevereiro, Gumercindo invadiria o Rio Grande do Sul pela fronteira com o Uruguai e, depois, faria sua épica marcha até o estado do Paraná. Após as atividades federalistas no Paraná fracassarem, as forças comandadas por Gumercindo Saraiva foram obrigadas a recuar. Gumercindo foi morto já em território rio-grandense e substituído por Aparício Saraiva, que procurou saída pela Argentina, onde montou uma série de acampamentos. Depois, foi para o Uruguai e lá permaneceu, mas seguiu comandando mais algumas incursões pelo RS. Em agosto de 1895, foi assinado o acordo de paz entre o Governo Federal do Brasil e o Gen. Joca Tavares, que não foi aceito por todos os revolucionários, mas a revolução estava terminada.

*A conexão dos federalistas rio-grandenses com os radicais*

A partir da década de 1880, haviam aumentado as iniciativas de centralização por parte de Governo Central Argentino. Entre as medidas adotadas, Bonaudo destaca: “a

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

*respuesta definitiva à questão da capital, a garantia do monopólio de coação por parte do governo federal, eliminando os exércitos particulares e a consolidação de instâncias de consenso institucional” (BONAUDO, 2003: 53)<sup>4</sup>. Ainda, segundo a autora, sob o federalismo Argentino, “escondeu-se uma administração unitária, sustentada em uma crescente apropriação de recursos, que dependia de uma trama de poder eleitoral, da instrumentação operativa da intervenção federal para controlar a oposição e da eficaz vinculação dos governadores com o governo central através do Senado nacional.” (BONAUDO, 2003: 53)<sup>5</sup>.*

Em agosto de 1891, fundou-se a União Cívica Radical (UCR), cujo principal líder era Leandro Alem. Em sua carta orgânica, a nova agremiação definia como objetivos principais lutar *“pelo ressurgimento da vida institucional; o cumprimento honrado da lei, a pureza da moral administrativa, o exercício efetivo da soberania dos estados e dos municípios, bases fundamentais de nosso sistema de governo e existência nacional”*. (MONTEVERDE, 1982: 41)<sup>6</sup>. As eleições presidenciais estavam marcadas para abril de 1892, a UCR teria candidato próprio. No início desse ano, Leandro Alem realizou um giro pelo interior do país, sendo aclamado pelas populações de Rosário, Córdoba, Tucumán, Santiago, Santa Fé, Entre Rio, Mendoza, San Juan, San Luis, ele *“falava dos direitos roubados e da pátria envelhecida”* (PALÁCIO, 1973: 287)<sup>7</sup>, retomava as antigas bandeiras do federalismo argentino. Oito dias antes da eleição presidencial, o presidente Carlos Pellegrini decretou estado de sítio e prendeu os principais líderes da UCR. Quase todos foram deportados para Montevideu, sendo eleito o candidato oficial, Luis Saens Pena, e José Evaristo Uriburu, como vice.

No final de 1892, já haviam surgido movimentos armados no Interior e no Litoral e, em 1893, Alem liderou a Revolução Radical, derrotada em outubro desse mesmo ano. Consta que Alem procurou Gaspar Silveira Martins, propondo *“fornecer armamentos e munição aos pontos da fronteira com o Brasil em troca do apoio dos federalistas brasileiros ao movimento revolucionário”* (RECKZIEGEL, 1999: 114). Além disso, a proposta também *“previa uma provável separação do Rio Grande do Sul do Brasil, constituindo-se uma República aliada aos radicais argentinos”* (RECKZIEGEL, 1999: 114). Acreditamos que a

---

<sup>4</sup> “la respuesta definitiva a la cuestión de la capital, el afianzamiento del monopolio de la coacción por parte del gobierno federal, eliminando los ejércitos particulares y la consolidación de instancias de consenso institucional (...)”. Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

<sup>5</sup> “se escondió una administración unitaria, sostenida en una creciente apropiación de recursos, que dependió de una trama aceptada del poder electoral, de la instrumentación operativa de la intervención federal para controlar la oposición”.

<sup>6</sup> “por el resurgimiento de la vida institucional; el cumplimiento honrado de la ley, la pureza de la moral administrativa, el ejercicio afectivo de la soberanía de los estados y de los municipios, bases fundamentales de nuestro sistema de gobierno y existencia”.

<sup>7</sup> “hablaba de los derechos hollados y de la patria envilecida”.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

rede formada com os revolucionários argentinos se constituiu ao longo da Revolução Federalista e foi por meio dela que muitos grupos revolucionários do Rio Grande do Sul foram armados e municidados. Isso também explica o grande número de revoltosos brasileiros que se exilaram na Argentina, após o fim da Revolução em 1895 (GUASINA, 1999; DOURADO, 1977). Tal rede também é um indício da proposta política da formação de um novo “Estado-nação”, retomando uma antiga proposta de formação de uma nova federação que reuniria o Rio Grande do Sul e as províncias rebeladas da Argentina. Há fortes indícios de que, apesar da derrota dos radicais, em outubro de 1893, esse grupo deu apoio aos federalistas rio-grandenses antes e depois desse período.

A Revolução Federalista no RS iniciou em fevereiro de 1893. Nessa época, grande parte do interior argentino, principalmente as províncias do litoral, estava em revolta contra o governo central. Os revolucionários federalistas buscaram armas em diversas ocasiões na região da tríplice fronteira (Brasil/Uruguia/Argentina), local que, pelas características geofísicas e pelo sistema hidrográfico, permitia movimentação de armamentos, o que também é um indício da aproximação dos dois grupos e do apoio mútuo. Os diários da Revolução de Francisco da Silva Tavares e de Joca Tavares apontam uma série de possibilidades dessas ligações. Em diversos momentos no segundo semestre de 1892 e primeiro semestre de 1893, Gaspar Silveira Martins esteve em Buenos Aires a fim de adquirir armamentos e munição para a Revolução (TAVARES, 2004, Tomo II.). Líderes da metade norte do estado, como Dinarte Dornes, da região das Missões, prepararam-se e esperaram as ordens na região de Misiones, norte da província de Corrientes. Na cidade San Tomé, o líder liberal-federalista missioneiro preparou suas tropas, contando com apoio de muitos dos revolucionários argentinos. (TAVARES, Tomo I, 2004: 46).

As correspondências do período também apontam para o mesmo sentido. Em junho de 1893, Rafael Cabeda, em carta enviada ao seu irmão, Francisco Cabeda, dizia que um vapor carregado de armas e munições sairia em breve de Buenos Aires e dirigir-se-ia aos pontos de fronteira, onde seriam distribuídas. O Conselheiro Gaspar Silveira Martins é que lhe havia dado essa informação. É importante lembrarmos que, nessa época, a cidade de Buenos Aires estava sob controle dos Radicais.

Quando ocorreu a derrota definitiva dos radicais argentinos, em outubro de 1893, o grosso das forças federalistas já estava operando em Santa Catarina e Paraná, em articulação com a Revolta da Armada, que havia se dado em setembro desse ano.

Outro indício que aponta para a aproximação e para a solidariedade entre os dois grupos e os dois movimentos ocorreu em 1894, após a retirada das forças revolucionárias do Paraná

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

e Santa Catarina. Os revolucionários liberal-federalistas acamparam nas cidades próximas à linha de fronteira Rio Grande do Sul/Argentina, na província de Corrientes, e esperaram ali os armamentos para poderem novamente ingressar no Rio Grande do Sul. A localização de Corrientes lhes permitia uma comunicação privilegiada com os principais núcleos urbanos das margens dos rios Paraná e Uruguai e facilitava o acesso ao mar. Os rios Paraná e Uruguai, mais que separar, uniam os grupos e funcionavam como meio de comunicação durante a Revolução Federalista. Essa área era visitada constantemente pelos revolucionários, pois ali recebiam armamentos contrabandeados pelos rios da Bacia do Prata.

Luiz Senna Guasina afirma que, em agosto de 1894, o Coronel Juca Tigre encontrava-se em Corrientes e, por receber “ordem da autoridade competente para se internar, desaparecera”. Também considera que as autoridades haviam “desarmado duzentos homens pertencentes” às suas forças (GUASINA, 1999: 78.). Já em outubro daquele ano, Guasina nos aponta o que provavelmente teria sido uma reunião dos líderes federalistas na Argentina. Segundo ele, em telegrama publicado no jornal La Prensa, afirmava-se que nessa noite havia chegado, procedente da região das Missões do Rio Grande do Sul, o Coronel Torquato Severo, acompanhado de muitos chefes, oficiais e praças, entre os quais se encontravam: Ângelo Dourado, Coronel Colombo Leoni, Jorge Cavalcanti de Albuquerque; comandantes: Bruno Jacinto Pereira, Galdino, Braz Torres, Pedro Restore Geomi, Firmino Rodrigues e Boaventura Vicente Machado; Majores: José M. Teixeira, Afonso Gonçalves Meireles, entre outros.

Outros revolucionários dirigiram-se para as colônias de Entre Rios. Colombo Leoni, que chefiava um grupo de italianos formado no Paraná, realizou, no dia 15 de outubro de 1894, uma conferência nos salões da Sociedade Italiana, “explicando os ideais da revolução brasileira e a necessidade em que se viram ele e seus companheiros de filiar-se a essa causa, pois os agentes de Peixoto não respeitam a propriedade nem o lar dos europeus que, cumprindo deveres de neutralidade, recusam tomar parte a seu favor” (GUASINA, 1999: 95). Muitos italianos, residentes na Argentina, também tinham apoiado os radicais. Em 23 de outubro de 1894, o jornal El Diário dizia que as forças revolucionárias liberal-federalistas encontravam-se reunidas em Monte Caseros e que o Governo de Corrientes, a pedido do representante diplomático do Brasil, havia apreendido e depositado na aduana da Darcena “40 caixões contendo mil carabinas Winchester”, teriam sido conseguidos por um dos líderes da Revolta da Armada na Europa, e transportados de Montevidéu pelo vapor Golondrina; o destino da carga era a província de Corrientes (GUASINA, 1999: 99).

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

Nesse mesmo ano, em carta dirigida a Rafael Cabeda, Prestes Guimarães, emigrado da Argentina (no outro lado do Rio Uruguai, em frente a São Borja), solicitava que Cabeda atacasse a cidade, enquanto ele mobilizaria as forças acampadas em Libres, La Cruz, Alvear, S. Tomé e Conceição (ALLENCASTRE, 1923: 89). O fato de os federalistas terem acampado nessa região e nela se organizado demonstra que eles tinham apoio e simpatia de diversos setores políticos junto à fronteira Brasil/Argentina, caso contrário, dificilmente se manteriam. Abranches, contemporâneo desses acontecimentos, sustentou em seu livro que, em Monte Caseros, “não só as autoridades, como a grande maioria da população, eram francamente simpáticos ao movimento revolucionário” (ABRANCHES, 1955: 79). O Governador de Corrientes, Virasoro, procurava articular-se com Vitorino Monteiro, representante brasileiro no Uruguai, a fim de “estrangular a Revolução”. Apesar disso, Aparício Saraiva encontrava-se em Monte Caseros e reorganizava “a descoberto suas forças” e, em todos os pontos da fronteira, com raras exceções, “o federalismo imperava livremente” (ABRANCHES, 1955: 92).

Outro documento que nos mostra as relações entre revolucionários federalistas e Radicais é a correspondência do representante brasileiro na Argentina, Fernando Abott, homem de confiança do PRR e de Julio de Castilhos. Antes de analisarmos a correspondência enviada por Fernando Abott a Carlos de Carvalho, é importante situarmos temporalmente o seu relatório, enviado em 1895, portanto, posterior à derrota dos federalistas no Paraná, quando as tropas de Aparício Saraiva se encontravam na Argentina, e o governo central do Brasil tentava negociar uma pacificação. Nesse documento, Abott relata como encontrou a legação<sup>8</sup> brasileira na Argentina e as providências que tomou para conter os Revolucionários. Sustentou que a legação estava acéfala e sem ação, acusa seu antecessor de não ter tomado as providências cabíveis, relativas à vigilância e ao controle dos revolucionários federalistas que se encontravam na linha de fronteira Brasil/Argentina. Solicitou substituto para poder retornar ao Rio Grande do Sul, onde participaria da vida política, mas o pedido foi negado, sob alegação de que teria vindo para a Argentina por estar convencido da confiança nele depositada por Carlos Carvalho e pelo senhor Prudente de Moraes. Defendendo os membros do PRR, sustentou que estes haviam recuado “pela franqueza, enquanto eles (federalistas) pela dissimulação” (ABOTT, 1895: 1). Acusando os federalistas de fraqueza moral, diz que “parece que mais intensa se revela a fraqueza nos filhos do sul, às vezes, a feição grosseira” (ABOTT, 1895: 1). Nessa primeira parte do

---

<sup>8</sup> Legação aqui significa representação diplomática brasileira em Estado estrangeiro. Era um termo utilizado pelo próprio Fernando Abott no documento citado.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

documento, Abott justifica suas atitudes na Argentina pela crítica ao seu antecessor e pelas providências que tomou. A crítica à fraqueza dos filhos do sul, provavelmente, é uma referência à aproximação dos revolucionários federalistas aos radicais argentinos. Em seguida, Abott argumenta que a Legação Brasileira recebia importantes informações sobre os “revolucionários, sobre passagem de forças, sobre acampamentos formados” e que não conseguia do governo argentino uma resposta satisfatória, que espalhou milhares de agentes pelos acampamentos rebeldes e que trabalhou para repatriar diversos marinheiros e rebeldes na tentativa de conter os revolucionários federalistas. Procurou apoio nos políticos locais para a causa do Brasil e entrou em contato com Roca e com Pelegrini para dispersar os grupos de rebeldes exilados. Roca enviou circulares aos chefes civis e militares para que tomassem providências quanto às atividades dos rebeldes.

Considerando a aproximação entre o representante brasileiro e o ex-presidente argentino, Roca também era providencial, uma vez que possuía interesses semelhantes ao representante do Brasil. Roca procurava, assim como Abott, impedir a unificação dos grupos revolucionários argentinos e brasileiros; neste sentido, entrou em contato com os chefes políticos locais, para que esses auxiliassem a legação brasileira para a dispersão dos grupos armados e para repatriação dos revolucionários. Abott também estabeleceu contato com Revolucionários Federalistas, expondo que o governo desejava a paz e que julgaria os revolucionários, sem ódio ou partidarismo, mas que isso só aconteceria se baixassem as armas. Procurou também divulgar pela imprensa as intenções do governo de Prudente de Moraes, afirmando o intuito do governo brasileiro de firmar a paz em bases duradouras, preservando a autoridade. Alguns revolucionários também o procuravam e lhe traziam informações.

O Relatório de Abott aponta fortes indícios das relações dos revolucionários rio-grandenses e argentinos, porém há outros documentos que também corroboram nesse sentido. A mensagem enviada por Julio de Castilhos à Assembléia de Representantes, em 1895, dá-nos novas informações. Castilhos diz em seu relato que os “chefes rebeldes, refugiados nos países vizinhos, abusando ostensivamente da hospitalidade estrangeira, procuravam recompor suas hostes desfeitas, mediante recursos para a continuação de uma guerra abominável, na qual já lhes tinha escapado a vitória” (CASTILHOS, 1895: 3), uma clara referência às atividades dos rebeldes na fronteira dos dois países e também uma possível recomposição das hostes rebeldes com elementos uruguaios e argentinos. Segundo Julio Prates de Castilhos, destacavam-se nessa tentativa de aproximação dos grupos revolucionários dirigentes como Gaspar S. Martins e Saldanha da Gama, os dois não

ocultavam “os seus contínuos movimentos entre as duas capitais platinas e as fronteiras dos respectivos países” (CASTILHOS, 1895: 3). Reagindo a esses movimentos, o representante brasileiro (Fernando Abbott) entrou em contato com o governo argentino e este passou a reprimir os grupos de rebeldes exilados. Como colocamos anteriormente, tal repressão também vinha ao encontro dos interesses do governo portenho.

### **Os projetos e Discursos federalistas**

Tanto o PRR como os federalistas possuíam e defenderam determinada concepção de federação, mas que diferiam em seus significados. Os federalistas se destacaram na defesa de uma República Federal Parlamentar, defendendo uma relação harmônica entre os estados-membros e a União (PADOIN, 2005).

Os federalistas afirmavam que o regime existente no país era a “negação da República Federativa”. A situação vigente era caracterizada pelo “desrespeito à lei, pelos atentados contra o direito dos povos, contra a justiça e contra todas as liberdades públicas”. Por isso, sustentavam a necessidade de “*rever e reformar a Constituição Republicana, expurgando-a de todas as disposições contrárias ao sistema republicano federativo; dar ao Estado do Rio Grande do Sul uma organização constitucional autônoma de pleno acordo com os princípios fundamentais daquele sistema político [...]*” (PARTIDO Republicano Federal. *Jornal A Reforma*. Porto Alegre: 24 de abr. 1891). Nesse artigo, além de os liberais-federalistas defenderem a organização da República de acordo com o federalismo e de criticarem o desrespeito às liberdades públicas, afirmavam claramente que a situação vigente era um atentado contra o “direito dos povos”, utilizando, portanto, um argumento do Direito Natural e das Gentes, referindo-se, provavelmente, tanto ao desrespeito à autonomia estadual, como também à autonomia dos municípios.

Nestes termos, criticavam o governo provisório pela demora em tornar realidade o regime federal e conceituavam Federação como a reunião de vários Estados num só corpo político, cada um com ampla autonomia, isto é, o federalismo era a divisão do poder político, em que cada Estado teria vida própria dentro desse regime, porém alertavam que era necessário manter um equilíbrio e que a autonomia dos estados membros não poderia conflitar-se com os interesses gerais. Após a ascensão de Floriano Peixoto e de seu apoio a Julio Prates de Castilhos para a retomada do governo do Rio Grande do Sul, passaram a criticar o governo federal pela ingerência nos assuntos internos do estado.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

Os federalistas defenderam e justificaram a Revolução em termos do Direito Natural e das Gentes e nos princípios iluministas e liberais. A Revolução era uma guerra justa, movida pelos rio-grandenses contra um governo tirânico e opressor; era uma reação do povo contra o desrespeito a seus direitos naturais; era uma reação aos crimes contra a vida, à propriedade e à liberdade dos cidadãos, cometidos com beneplácito do governo. Momentos após o início da Revolução, um grupo de revolucionários, liderado por João Nunes da Silva Tavares (“Joça” Tavares) e por Rafael Cabeda, estacionado na fronteira do Rio Grande do Sul-Uruguai divulgou manifesto reforçando os objetivos da Revolução.

Os **povos oprimidos** em armas, no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo injusta e atrozmente caluniados em seus nobres e elevados ideais patrióticos.

Nossos adversários com o intento pérfido de fazer antipática a revolução rio-grandense, nos apresentam ao país como restauradores da Monarquia! É uma monstruosa calúnia! É uma torpe e miserável especulação! Não! **O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração da monarquia; é libertar o Rio Grande da tirania que oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime das perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do marechal Floriano Peixoto.**

(...) nos chamam restauradores! Mentira! **Queremos a restauração da lei, do direito, da justiça, da liberdade e da garantia dos bens e da vida de todos os cidadãos. (grifos nossos).** Lamentamos que os nossos irmãos do norte acreditem em mais essa perfídia oficial, inventada para desnaturar os intuitos patrióticos do **único direito que resta a um povo oprimido – a revolução** (grifos nossos). (EL DIA, 1893 *apud* CAGGIANI, 1996: 53-55).

Vários pontos merecem destaque neste manifesto. Em primeiro lugar, há uma referência aos vários povos que participaram da revolução, talvez se referindo à heterogeneidade das forças revolucionárias, formadas por rio-grandenses, uruguaios, argentinos, imigrantes e descendentes de imigrantes, mas o mais provável é que se referisse ao direito dos povos, ao direito das gentes que estava sendo violado pelo Governo. Em segundo lugar, aparece a defesa do caráter republicano da revolta e a negação da pecha de monarquistas ou restauradores. Em terceiro, os argumentos e justificativas, novamente embasados no Direito Natural e das Gentes e no Iluminismo-liberalismo, de que a revolução é o último recurso contra a tirania e a opressão, contra o “regime de perseguições, da violência inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial”. E, por fim, sustentavam que o que os revolucionários queriam era a “restauração da lei, do direito, da justiça, da liberdade e da garantia dos bens e da vida de todos os cidadãos”, ou seja, do estado de direito liberal.

Ângelo Dourado também se pronunciou em seu diário em termos semelhantes:

A nação compreenderá que precisa de repouso para poder progredir, indagando qual o motivo daquele mal-estar, qual a causa daquela enfermidade. Reconhecerá que a causa é a opressão, é a violação dos direitos, é o aniquilamento de uma parte de sua população; que o opressor é o governo, que o aniquilador, o violador, é aquele a quem ela confiara a execução e distribuição da justiça. Que esses crimes só têm por móvel o interesse individual e toda ela se levantará contra ele e os seus, que terão de ceder. As tropas cansadas, maltratadas, começarão a compreender que devem obediência às leis, os governos que oprimem, que autorizam o latrocínio e o assassinato estão fora da lei; que devem antes ser punidos a exigir deles que sirvam de carrasco para os que reclamam contra tais crimes (DOURADO, 1977: 39).

Também esboçaram um projeto de Estado. Em algumas passagens de seus pronunciamentos, percebemos a ameaça de separação do Rio Grande do Sul do Brasil e a proposta de formação de uma nova República, talvez em comunhão com o Uruguai e com as províncias litorâneas da Argentina. Esta proposta não chegou a se concretizar, mas há fortes indícios de sua existência.

## Conclusões

Entendemos, por fim, que a Revolução Federalista, iniciada em 1893, teve como principal protagonista o grupo liderado por Gaspar Silveira Martins. Os discursos desse grupo foram fundamentados nas concepções do direito natural e das Gentes e no Iluminismo Liberalismo, que já circulavam pela Região Platina e colonial lusitana desde o final do século XIX. Os federalistas se apropriaram dessas concepções em escolas e universidades ou, de maneira informal, pela leitura de livros e jornais e participação em reuniões de discussão política.

O contexto da Região Platina foi extremamente conturbado no final do século XIX e marcado pela busca e pressão feita por grupos de oposição da Argentina, Uruguai e Brasil por maior espaço de participação política; assim, os federalistas contaram com o apoio dos radicais argentinos e dos blancos do Uruguai. Os três grupos políticos que formaram essa rede viviam realidades muito próximas e tinham programas semelhantes, possuíam o federalismo como uma de suas principais bandeiras políticas. Os Radicais argentinos contestavam a centralização de poderes no executivo federal e reivindicavam o respeito à autonomia provincial e das municipalidades. Os membros da ala tradicionalista, ou

caudilhista, do Partido Blanco, igualmente contestavam a concentração de poderes no executivo federal do Uruguai e reivindicavam a autonomia departamental e municipal, bem como o cumprimento do acordo de paz de abril de 1872. Os federalistas contestavam a concentração de poderes do presidente do estado (do Rio Grande do Sul), Julio Prates de Castilhos; defendiam a autonomia estadual frente ao governo federal, criticavam a intervenção das forças militares federais que havia favorecido o governo de Castilhos e também reivindicavam a autonomia dos municípios. O objetivo imediato da aliança formada por esses grupos foi o fortalecimento recíproco, mas existem fortes indícios de que os radicais e blancos apoiaram os federalistas, esperando que esse grupo os apoiasse no futuro, em suas respectivas revoluções.

Os federalistas, em seus discursos e projetos, pensaram uma maneira de equilibrar a relação entre unidade e federalismo. Tal proposta não permitia nem a absorção dos Estados membros pela União, nem o excesso de autonomia dos Estados membros. Justificaram a Revolução como uma guerra justa contra a opressão exercida pelo governo de Julio Prates de Castilhos e de Floriano Peixoto. Também apontamos indícios de que esses grupos pensaram na constituição de um novo Estado, que reuniria o Rio Grande do Sul, o Uruguai e as províncias argentinas. Todas as Revoluções foram derrotadas pelas forças governamentais. A Revolução Radical foi derrotada em 1893 e a Revolução Federalista foi finalizada com o acordo de 1895.

### Referências Bibliográficas e Documentais

ABOTT, Fernando. *Relatório*. [1895] [documento manuscrito]. AHRS.

ABRANCHES, Dunschee. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense* (Correspondência entre Saldanha Marinho e Silveira Martins). Vol 1º e 2º. Rio de Janeiro, 1955.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALLENCASTRE, Otavio. *Raphael Cabeda: In memoriam*. Pelotas: Livraria Universal. Echenigue & Cia, 1923. 201p.

BONAUDDO, Marta. Federalismo: El caso argentino en los siglos XIX y XX. In: HEINZ, M. Flávio & HERRLEIN Jr. Ronaldo (orgs). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. pp. 45-57.

CAGGIANI, Ivo. *Rafael Cabeda: símbolo do federalismo*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1996.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

CASTILHOS, Julio Prates de. *Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia de César Reinhadt, 20 de set.de 1895. p. 3. AH-RS.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Trad. Rafael Augustos Sêga; Thelma Belmonte; Elvio Funck. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires. Biblioteca del Pensamiento Argentino I, 1997.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893*. Ed. Fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro–Editor, 1977.

FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. In. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, SC: nº 5. 1998.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998. 240 p.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no Campo da História Cultural. In: *Revista de História Regional*. Disponível em: <http://www.uepg.br/rhr/98ver2.htm>. dia 27/08/99 hora: 08:35.

GUASINA, Luiz de Senna. *Diário da Revolução Federalista: 1893/1895*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. EXT Edições, 1999. 175p.

MARTINS, Lafayette Rodrigues. Introdução. In: MARTINS, Gaspar da Silveira. *Discursos parlamentares*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979. 488 p. (Perfis parlamentares, 14). pp. 15-112.

MONTEVERDE, Mario R. (Dir). *Historia del Radicalismo*. Buenos Aires: Editorial Oriente s.a., 1982.

NETO, A. L. Machado. *História das idéias jurídicas no Brasil*. Ed. GRIJALBO/USP. São Paulo, 1969.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. (Coleção brasileira novos estudos; v. 3). 176p.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma perspectiva histórica. In: AXT, Gunter. (org). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. [et. Al]. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. 296p. (Coleção Sujeito & Perspectiva; v. 1). pp. 97-107.

PALÁCIO, Ernesto. *Historia de la Argentina. 1835-1943*. Tomo II. Buenos Aires: A Peña Lillo Editor, 1973. p. 287.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos  
Construídos pela Elite Liberal-Federalista – por Marcus Vinicius da Costa

---

PARTIDO Republicano Federal. *Jornal A Reforma*. Porto Alegre: 24 de abr. 1891.

PASO, Leonardo. *Historia del origen de los partidos políticos en la Argentina*. 1810-1918. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações política entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999. 295p.

RÉMOND, René. (org) et.al. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RUAS, Tabajara; BONES, Elmar. *A cabeça de Gumercindo Saraiva*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Record, 1997.

TAVARES, Francisco da Silva. *Diário da Revolução de 1893*. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria - Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I. (Memória política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

TAVARES, João Nunes da Silva. *Diário da Revolução de 1893*. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria - Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

**Recebido em: 13/09/2009**

**Aprovado em: 03/11/2009**